Nota para a Imprensa

2.4.2024





1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

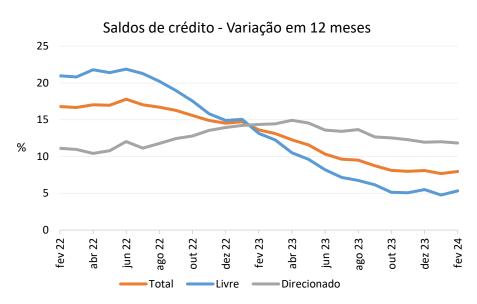
Em fevereiro, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro alcançou R\$16,3 trilhões (148,7% do PIB), aumentando 1,2% no mês, devido principalmente à elevação do saldo dos títulos de dívida pública (2,5%). Na comparação interanual, o crédito ampliado cresceu 9,5%, prevalecendo as elevações da carteira de empréstimos do SFN (7,8%), dos títulos de dívida públicos (12,4%), dos títulos de dívida privados (13,4%) e dos títulos de dívida securitizados (26,9%).

O crédito ampliado a empresas atingiu R\$5,6 trilhões (50,8% do PIB), aumentando 0,5% no mês, com elevação nos títulos de dívida (1,2%). Em relação a fevereiro de 2023, a expansão de 6,0% do crédito ampliado a empresas refletiu principalmente o aumento de 19,9% em títulos de dívida.

O crédito ampliado às famílias atingiu R\$3,8 trilhões (35,0% do PIB) em fevereiro, com variações positivas de 0,6% no mês e de 10,1% em doze meses, em função do incremento nos empréstimos do SFN.

2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

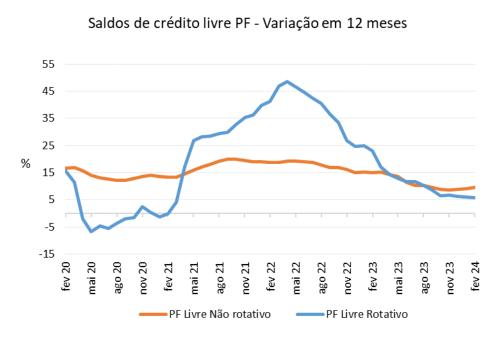
O estoque de crédito do SFN avançou 0,2% em fevereiro ao totalizar R\$5,8 trilhões. Esse desempenho resultou da diminuição de 0,2% no estoque de crédito às empresas, que totalizou R\$ 2,2 trilhões, em contrapartida ao aumento de 0,5% no destinado às famílias, R\$ 3,6 trilhões. Comparativamente ao mesmo período do ano anterior, o crédito do SFN em fevereiro acelerou, com incremento de 8,0% ante 7,7% ocorrido em janeiro. Observados os mesmos períodos de comparação, os estoques de crédito para pessoas jurídicas e para pessoas físicas registraram aceleração, com incrementos de 4,2% ante 3,7% e de 10,4% ante 10,3%, na mesma ordem.



O estoque de crédito com recursos livres cresceu 0,1% no mês e 5,3% em doze meses, alcançando R\$3,4 trilhões. No segmento de crédito livre às empresas, o estoque somou R\$1,4 trilhão, com redução de 0,3% no mês e incremento de 1,2% em doze meses. Basicamente, contribuiram para esse desempenho a redução das modalidades de capital de giro com prazo inferior a 365 dias (-11,0%),

desconto de duplicatas e outros recebíveis (-0,9%) e antecipação de faturas de cartão de crédito (-1,4%).

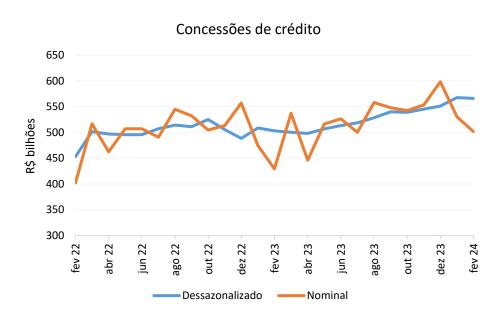




forma diversa. De estoque de crédito livre às famílias avançou 0,3% no mês e 8,5% em relação a fevereiro de 2023, impulsionado, principalmente, pelas altas das carteiras de crédito pessoal consignado para beneficiários do INSS (2,0%), crédito pessoal não consignado (1,6%),financiamento para aquisição de veículos (1,2%) e crédito pessoal consignado para trabalhadores do setor

público (0,6%). Ressalte-se, entretanto, a diminuição da carteira de cartão de crédito à vista, -2,7%, cujo resultado mostrou-se determinante para o avanço menos expressivo da carteira de crédito livre à pessoas físicas no mês. A carteira de crédito não rotativo expandiu 1,1% no mês e 9,5% em doze meses, enquanto as modalidades rotativas declinaram 2,0% no mês, mas cresceram 5,7% em doze meses.

O estoque do crédito direcionado em fevereiro aumentou 0,5% no mês e 11,8% em doze meses, alcançando R\$2,4 trilhões. Por segmento, o crédito direcionado para pessoas jurídicas reduziu 0,1% no mês e aumentou 9,9% comparativamente ao mesmo mês de 2023 ao somar R\$810,5 bilhões, enquanto o crédito direcionado as famílias cresceu 0,8% e 12,8%, na mesma ordem, totalizando R\$1,6 trilhão.



As concessões nominais de crédito alcançaram R\$501,6 bilhões em fevereiro, mês que apresentou 3 dias úteis a menos em relação a janeiro. séries com ajuste sazonal, as concessões totais decresceram 0,3% no mês, com mesmo percentual de redução observado tanto nas operações com empresas quanto com famílias. No acumulado em doze meses até fevereiro de 2024, as concessões nominais aumentaram 5,3%, com

incrementos de 1,3% nas operações com pessoas jurídicas e 8,6% nas com pessoas físicas. As concessões



médias diárias em fevereiro avançaram 9,5% em relação ao observado em janeiro deste ano, com aumentos de 12,6% no segmento de empresas e 7,3% no segmento de famílias.

A taxa média de juros das novas contratações atingiu 27,8% a.a. em fevereiro, com diminuição de 0,4 p.p. no mês e de 3,3 p.p. comparativamente ao mesmo período do ano anterior. O *spread* bancário das novas contratações assinalou 19,2 p.p., com diminuições de 0,3 p.p. no mês e 1,6 p.p. em doze meses.

No crédito com recursos livres, a taxa média de juros atingiu 40,2% a.a. em fevereiro, com decréscimos de 0,3 p.p. no mês e de 3,8 p.p. em doze meses. A redução no mês foi resultado principalmente da efetiva redução nas taxas de juros (efeito taxa), com pequeno efeito contrário na composição da carteira (efeito saldo). Nas operações com empresas, a taxa média alcançou 21,4% a.a., declínio mensal de 0,9 p.p. e de 2,4 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Basicamente, contribuíram para esse resultado as quedas nas taxas médias das modalidades de desconto de duplicatas e outros recebíveis (-1,0 p.p.), capital de giro com prazo superior a 365 dias (-0,7 p.p.) e cartão de crédito rotativo (-38,3 p.p.).

No crédito com recursos livres às famílias, a taxa média de juros atingiu 52,5% a.a., com diminuição mensal de 0,1 p.p. e de 6,0 p.p. em doze meses. Esse resultado foi influenciado, basicamente, pelo decréscimo das taxas médias praticadas nas operações de cartão rotativo (-6,8 p.p.) e cartão parcelado (-3,3 p.p.).

Crédito com Recursos Livres

	Taxas médias de juros (% a.a.)		Variações mensais (p.p.)		
	jan/24	fev/24	Efeito Taxa	Efeito Saldo	Total
Pessoa Física	52,6	52,5	-0,2	0,1	-0,1
Pessoa Jurídica	22,3	21,4	-0,6	-0,3	-0,9
Total	40,5	40,2	-0,4	0,1	-0,3

O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de todo o crédito do SFN, atingiu 21,9% a.a., mantendo-se estável no mês e caindo 0,4 p.p. em 12 meses.

A inadimplência da carteira de crédito total do SFN manteve-se estável em fevereiro, em 3,3%. Na comparação em 12 meses, o indicador também permaneceu estável. Por segmento, os percentuais de inadimplência das carteiras de pessoas jurídicas e de pessoas físicas igualmente mostraram estabilidade, em 2,6% e 3,7%, respectivamente.

No crédito livre, a inadimplência manteve-se estável em 4,6% do total da carteira, comportamento observado também nas carteiras de crédito livre para as empresas e para as famílias, as quais se situaram em 3,3% e 5,5%, respectivamente.

O endividamento das famílias ficou em 48,0% em <u>janeiro</u>, alta de 0,2 p.p. na comparação com o mês anterior e queda de 0,9 p.p. em doze meses. O comprometimento de renda atingiu 25,8% em <u>janeiro</u>, revelando alta de 0,1 p.p. no mês e queda de 1,6 p.p. em 12 meses.



3. Agregados monetários

A base monetária totalizou R\$414,7 bilhões no mês de fevereiro, variação de 2,5% no mês e de 2,8% em doze meses. No mês, o volume de papel-moeda em circulação diminuiu 0,9% enquanto as reservas bancárias cresceram 18,6%.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, impactaram de forma expansionista: as operações do Tesouro Nacional, R\$7,6 bilhões; as do setor externo, R\$835 milhões; as com derivativos, R\$409 milhões; e os depósitos de instituições financeiras, R\$26,9 bilhões (liberação de recursos de caderneta de poupança, R\$1,5 bilhão, de depósitos a prazo, R\$6,3 bilhões, de recursos do Proagro, R\$725 milhões, de recursos não aplicados em operações de microfinanças, R\$17 milhões, de depósitos voluntários a prazo, R\$17,7 bilhões, e de depósitos de garantias em espécie vinculadas a Linhas Financeiras de Liquidez – LFL, R\$767 milhões, recebimentos de depósitos para compensação de cheques e outros papeis, -R\$58 milhões). Apresentaram impactos contracionistas: as operações com títulos públicos federais, R\$19,5 bilhões (colocações líquidas de R\$85,5 bilhões no mercado primário e compras líquidas de R\$66 bilhões no mercado secundário).

Os meios de pagamento restritos (M1) somaram R\$611 bilhões, elevação de 0,4% no mês, resultado da redução de 0,7% do papel-moeda em poder do público e do crescimento dos depósitos à vista de 1,4%. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 registrou avanço de 0,4% no mês.

O M2 avançou 0,5% no mês, com saldo total de R\$5,9 trilhões, refletindo o crescimento do saldo dos títulos emitidos por instituições financeiras que alcançou R\$4,3 trilhões (+0,6%), resultado do crescimento nos saldos das letras financeiras (LF) e dos depósitos a prazo, que totalizaram, respectivamente, R\$480 bilhões e R\$2,8 trilhões. No período, o saldo dos depósitos de poupança cresceu 0,1%, apesar de ter registrado captação líquida negativa de R\$3,8 bilhões, o que foi contrabalançado pela remuneração do período. O M3 registrou aumento de 1,2% no período, totalizando R\$11,0 trilhões, refletindo o crescimento no saldo das quotas de fundos monetários que totalizou R\$4,9 trilhões, com variação positiva de 2,1%. O M4 avançou 1,4% no mês, totalizando R\$12,1 trilhões. Em 12 meses a variação foi de 12,2%.

4. Revisão extraordinária

A <u>Política de Revisão das Estatísticas Econômicas Oficiais Compiladas pelo Departamento de Estatísticas (DSTAT) do Banco Central do Brasil</u>, 3ª edição, de junho de 2023, estabelece que revisões extraordinárias devem ser efetuadas e informadas tão logo sejam identificados novos dados, sejam eles originados nas fontes de informação ou nos processos de compilação.

Assim, nesta Nota está sendo realizada revisão extraordinária em função de novas informações recebidas referentes às Estatísticas Bancárias Internacionais (EBI). Esta revisão extraordinária abrange o período de março, junho e setembro de 2023. As séries revisadas nesta ocasião são as seguintes:

 a) Ativos internacionais dos bancos locais - Outras sociedades depositárias – Intragrupo (código 29344);



b) Ativos internacionais dos bancos locais - Outras sociedades depositárias - Não intragrupo (código 29345).